

FOUCAULT E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ATUAL E O DEBATE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

FOUCAULT AND HIS CONTRIBUTIONS TO CURRENT EDUCATION AND THE DEBATE ON PUBLIC POLICIES

Ivan Bechtold¹
Joel Cezar Bonin²

Recebido em: 10 abr. 2022.

Aceito em: 20 abr. 2022.

RESUMO

A proposta deste artigo é estabelecer uma relação e situar as conexões entre as ideias de Foucault e as demandas da educação atual. Além disso, busca-se aproximar algumas visões foucaultianas com alguns tipos de Políticas Públicas em Educação que atualmente usam estratégias de controle conforme o filósofo apresenta em algumas de suas obras. Resumidamente objetiva-se fazer uma análise de políticas públicas por meio de contribuições das reflexões do próprio Foucault. Teoricamente, o estudo está pautado nas contribuições de autores como Caciano e Silva (2012), Paniago (2005), Santos (2016), Smarjassi e Arzani (2021), Secchi (2014), Foucault (1999, 2008), entre outros. Metodologicamente, optou-se pela pesquisa bibliográfica e pela abordagem qualitativa e quanto aos objetivos classifica-se como descritiva. Os resultados indicam que há uma relação entre as contribuições de Foucault para a educação atual sobre diversos aspectos. O poder exercido dentro das instituições (como a escola) para disciplinar a sociedade, pode ser compreendido por meio da lógica panóptica, segundo a qual a força que o poder disciplinar exerce tem ligação com os sistemas de controle na contemporaneidade e com os sistemas descritos por Foucault.

Palavras-chave: Foucault. Escola. Políticas Públicas.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8563-1017>. E-mail: ivanbechtold@gmail.com.

² Doutor. Docente e Pesquisador dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e Profissional em Educação Básica da UNIARP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0437-7609>. E-mail: joel@uniarp.edu.br.

ABSTRACT

The purpose of this article is to establish a relationship and situate itself between Foucault's ideas and current education demands. In addition, it seeks to approach Foucauldian views with some types of Public Policies in Education that currently use some control strategies as the philosopher presents in some of his works. Briefly, it aims to analyze public policies through contributions from Foucault himself. Theoretically, the study is based on contributions of authors such as Caciano and Silva (2012), Paniago (2005), Santos (2016), Smarjassi and Arzani (2021), Secchi (2014), Foucault (1999, 2008), among others. Methodologically, we opted for a bibliographic research and a qualitative approach, and in terms of objectives, it is classified as descriptive. The results indicate that there is a relationship between Foucault's contributions to current education on several aspects. The power exercised within institutions (such as schools) to discipline society may be understood through the panoptic logic, according to which the force exerted by disciplinary power is linked to contemporary control systems and to the systems described by Foucault.

Keywords: Foucault. School. Public Policies.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi estruturado para situar as conexões entre as ideias de Foucault e as demandas da educação atual. Para desenvolver tal empreitada epistemológica, inicialmente se explana uma breve apresentação da vida de Michel Foucault desde o seu nascimento na França com uma vida marcada pela genialidade filosófica e pelos “episódios” singulares como as experiências no sanatório, o uso de entorpecentes e as tentativas de suicídio. Tal início se deve ao fato de que muito se estuda sobre a vastidão de sua obra filosófica, mas pouco se compreende sobre os motivos que o levaram a fazer tal percurso, o que, em nosso entendimento, se deve à sua própria biografia.

Foucault foi, acima de tudo, um filósofo que propôs reflexões sobre problemáticas diversas e, principalmente, sobre uma sociedade vigiada. Entre os vários temas, um dos objetos de estudo de Foucault foi o sujeito permeado pelo poder que é exercido dentro das instituições para discipliná-lo. Ainda nessa perspectiva, seus pensamentos estão relacionados com a escola que, de certa forma, é planejada a fim de garantir a disciplina. Prova disto se inicia pela estrutura arquitetônica das “escolas panópticas” que possuem, por muitas vezes, a finalidade estrita de vigiar o

comportamento dos alunos. Para Foucault, da penitenciária panóptica, nascem todas as outras formas de controle que mimetizam o modelo da prisão. Todo este processo de controle e disciplina será chamado mais tardiamente de sociedade disciplinar e, diante destas afirmações se questiona: onde estão as ideias e visões de Foucault na educação na atualidade?

Diante dessa questão, surgiu o nosso interesse pela busca de aproximar algumas visões foucaultianas com alguns tipos de políticas públicas em educação que atualmente usam estratégias de controle que coadunam com a crítica do pensador francês. Nessa perspectiva, nosso texto faz um breve levantamento sobre o poder do Estado introduzido nas instituições mediante algumas políticas públicas. Desse modo, não há como não pensarmos que, as políticas públicas podem ser consideradas como ações oriundas do governo, com a intenção de controlar o cidadão.

Neste sentido, o controle por parte da elaboração e execução de determinadas políticas públicas fica sempre centralizado na mão do Estado. Este modo de gerenciamento das políticas públicas centralizado no Estado tem o papel primordial de pensar a vida pública, isentando em certa medida, o papel dos cidadãos de suas responsabilidades como fiscalizadores deste mesmo Estado. Desta conclusão, surge a definição apresentada por Foucault como governamentalidade, que será clarificada no decorrer do texto.

Finalmente, diante de algumas colocações de Foucault sobre poder, controle dos corpos, escola panóptica e sistema disciplinar, são abordados certos temas que são fulcrais para o filósofo no passado, mas que ocorrem na atualidade, com novas roupagens. Diante disso, nosso texto tenta demonstrar que há uma forte ligação entre o pensamento de Foucault e as práticas educacionais pautadas por políticas públicas “estadocêntricas”. Vale ainda salientar que os procedimentos metodológicos usados foram baseados em uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa.

CONHECENDO UM POUCO DE FOUCAULT

Foucault foi um filósofo que propôs reflexões sobre as problemáticas da educação e sobre o modo como acontece a educação dentro do ambiente escolar. Mas para compreender o pensamento do autor, é preciso saber sobre suas obras e

como elas se tornaram referência em vários campos do conhecimento, fundamentalmente quando ligadas à educação.

Segundo Caciano e Silva,

“[...] a obra de Foucault caminhou livremente entre os campos dos saberes. Seu objetivo era conhecer o sujeito. Sabe-se que qualquer pedagogia tem como elemento central o sujeito e é aí que se insere os estudos de Foucault. É em uma análise minuciosa do sujeito que Foucault apresenta uma nova perspectiva para a educação (CACIANO; SILVA, 2012, p. 99).

Porém, antes de adentrarmos no pensamento de Foucault, sua visão sobre a escola e por onde perpassam suas ideias na atualidade, apresenta-se uma breve biografia por meio do poema “Vida e obras de Foucault”³

Sobre Michel Foucault muito há para dizer;
 15 de outubro de 1926, foi o dia de Foucault nascer;
 Filho de família de médicos
 Foucault de medicina não quis saber;
 Família com anseios pela medicina,
 Mas filósofo ele queria ser.
 Seu pai não gostava da idéia,
 Sua mãe conseguiu lhe entender.
 Em tempos difíceis, suicídio ele tentou,
 Problemas psiquiátricos em Foucault se diagnosticou.
 Aceitar a homossexualidade o que lhe atormentou,
 Mas foi em 1948 que em filosofia que ele se licenciou.
 Em 1949 em psicologia também se formou,
 Alemanha, Suíça, Estados Unidos, Brasil e outros países ele lecionou.
 Psicólogo em hospitais e em presídios Foucault trabalhou,
 Época em que Vigiar e Punir ele publicou.
 Sobre as principais obras de Foucault vamos lhe apresentar;
 Doença Mental e Psicologia, primeiro texto a se destacar.
 História da Loucura, loucura, problema social que veio relatar.
 As palavras e as Coisas, ciências humanas foi investigar.
 Arqueologia do Saber, crítica a história e a filosofia não pode faltar.
 Vigiar e Punir obra mais conhecida, sistema disciplinar.
 História da Sexualidade, a definição veio nos apresentar.
 Microfísica do poder, poder é a forma do estado nos administrar.
 Foucault, filósofo das relações e do poder;
 O poder que dita o funcionamento da sociedade;
 Estudante passa por etapas para aprender,
 Escolas com sistema punitivo pra todas as idades.
 O poder da disciplina está em todo lugar.
 Não é somente a escola atrelada ao sistema disciplinar;

³ Poema apresentado na disciplina de “Teorias da Educação Contemporânea”, do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação Básica (PPGEB) da UNIARP, Caçador-SC pelos mestrands Adilson Possamai e Ivan Bechtold no dia 30 de abril de 2022, como atividade de interação para a apresentação das ideias centrais do autor francês.

Todos vivemos num sistema e temos que respeitar,
E sobre Foucault sempre há muito que estudar.

Conforme apresentado no poema, observa-se que o filósofo, apesar de ser de uma família de médicos, não teve vida fácil, pois passou por diversas dificuldades pessoais. “Sua vida foi marcada pela genialidade filosófica e também pelas “extravagâncias”, como suas experiências no sanatório, o uso de drogas diversas, a bebida excessiva e as tentativas de suicídio” (Guia do Estudante, 2017, n.p.).

Porém, em meio a tempos difíceis, superou suas agruras e conseguiu concluir seus estudos e tornou-se um dos mais importantes filósofos do século XX, com várias obras publicadas e traduzidas pelo mundo afora.

FOUCAULT, A VISÃO SOBRE A ESCOLA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Apesar de Foucault não ter como foco de seus escritos a escola, o autor contribuiu muito com seu pensamento filosófico sobre as problemáticas da educação e sobre o modo como acontece a educação dentro do ambiente escolar. Paniago (2005) coloca que muitas pessoas acreditam que o principal foco de interesse de Foucault era o poder e completa afirmando que o “[...] próprio filósofo francês se encarregou de esclarecer, em um de seus últimos trabalhos, que seu objetivo fora sempre o sujeito” (PANIAGO, 2005, p. 1).

Baseado no objeto de estudo de Foucault, o sujeito é permeado pelo poder que é exercido dentro das instituições para disciplinar a sociedade. Assim, a escola é o lugar onde isto acontece em todas as categorias e com todas as pessoas.

O poder, então, circula. No contexto escolar, por exemplo, não são apenas os professores e diretores que exercem o poder. Os estudantes, os pais, os diretores, os funcionários da secretaria também o exercem. A partir dessa constatação, Foucault chega ao que ele chama de micropráticas do poder (PANIAGO, 2005, p. 02).

A visão de Foucault sobre o funcionamento da escola, em um primeiro momento, se torna impactante quando comparada com uma instituição prisional, pois é lá que estão as crianças como em uma fábrica ou ainda como uma prisão, que passa por um severo controle disciplinar. Para Foucault, a escola é comparada como uma instituição panóptica, ou seja, um espaço onde pessoas possuem o poder de vigiar outros sujeitos presentes na instituição de um determinado ponto, posto ou lugar.

Assim, se pode observar o comportamento de todos que ali estão. Tudo e todos são vigiados e a própria instituição panóptica é vigiada pelo olhar do público.

[...] Na realidade, qualquer instituição panóptica, mesmo que seja tão cuidadosamente fechada quanto uma penitenciária, poderá sem dificuldade ser submetida a essas inspeções ao mesmo tempo aleatórias e incessantes: e isso não só por parte dos controladores designados, mas por parte do público; qualquer membro da sociedade terá direito de vir constatar com seus olhos como funcionam as escolas, os hospitais, as fábricas, as prisões. Não há, conseqüentemente, risco de que o crescimento de poder devido à máquina panóptica possa degenerar em tirania; o dispositivo disciplinar será democraticamente controlado (FOUCAULT, 1999, p. 171).

Contraditoriamente, deseja-se uma escola que queira formar cidadãos independentes, críticos, com voz e com capacidade para enfrentar a sociedade. Porém o que está presente no dia a dia da instituição escolar, na concepção de Foucault, é a busca por sujeitos “treinados e domesticados”, ou seja, sujeitos submissos. Segundo Caciano e Silva:

Como um crítico da instituição escolar, Foucault ressalta que nas escolas a disciplina é moldada a partir de uma distribuição dos indivíduos no espaço utilizando técnicas para obter um sujeito cada vez mais submisso (CACIANO; SILVA, 2012, p. 100).

O pensamento de Foucault em relação a educação, vem ao encontro da ideia de que prisão, hospital, fábrica e escola não são diferentes umas das outras, Santos (2016, p. 102) menciona que “[...] essas instituições juntas formam uma espécie de ‘teia’, na qual, o sujeito encontra-se aprisionado”.

Além disso, observa-se que é necessário um conjunto de mecanismos contínuos executados por todas estas instituições; desse modo, elas objetivam transformar os sujeitos e possuem o intuito de formar, disciplinar e “domesticar” o corpo. Neste sentido, Santos (2016) esclarece que:

Para fazer do tempo e dos corpos dos homens algo que se tornasse uma força produtiva, foi necessário um conjunto de mecanismos de sequestro sistemático e contínuo dos indivíduos em instituições como a prisão, o hospital, a fábrica e a escola. [...] Nesse contexto, sua existência é finalizada com o intuito de formar, reformar e corrigir comportamentos para a aquisição de aptidões e de certos números de qualidades produzindo um corpo útil. Desse modo, a escola tem importância fundamental nesse processo de aprendizagem para a sociedade (SANTOS, 2016, p. 102).

Na escola, por muitas vezes, as regras são impostas a todas as pessoas presentes na instituição, cada uma necessitando executar sua função de modo

constante e correto. Nessa perspectiva, Foucault (1999) menciona o método *Lancaster*, utilizado a partir do ano de 1778, que se tornou um mecanismo com a finalidade de que os próprios alunos fossem capazes de serem fiscalizados e fiscalizadores. Nesse caso, todos os alunos o tempo todo estavam ocupados com suas tarefas.

Do século XVII até [...] o começo do XIX, o método Lancaster, o mecanismo complexo da escola mútua se construirá uma engrenagem depois da outra: confiaram-se primeiro aos alunos mais velhos tarefas de simples fiscalização, depois de controle do trabalho, em seguida, de ensino; e então no fim das contas, todo o tempo de todos os alunos estava ocupado seja ensinando, seja aprendendo. A escola torna-se um aparelho de aprender onde cada aluno, cada nível e cada momento, se estão combinados como deve ser, são permanentemente utilizados no processo geral de ensino. [...] (FOUCAULT, 1999, p. 139-140).

Foucault também apresenta uma visão da força que o poder disciplinar exerce sobre a instituição escolar. Esse poder exercido sobre os sujeitos presentes na escola advém como elemento constitutivo de um sistema punitivo. Este, será chamado, mais tardiamente como sistema da sociedade disciplinar e apresentará um sujeito que é punido o tempo todo, desde a infância até o fim da vida. Isso é corroborado por Fábio Antonio Gabriel e Ana Lucia Pereira que dizem que,

A escola, o sistema educacional escolar, segundo entendimento que se empresta das ideias de Foucault, exerce uma atuação que se vale de parte daquele sistema punitivo. Sistema punitivo que, posteriormente, será chamado de sociedade disciplinar: a vigilância, o exame, a correção, estendidas por todo o corpo social. Em tal contexto, Foucault ainda não se refere explicitamente à disciplina ou ao poder disciplinar, mas em especial à noção de punição. É como se ele dissesse que se vive em uma sociedade punitiva. Da infância ao fim da vida se é punido. (GABRIEL; PEREIRA, 2018, p. 30).

Em outras palavras, “[...] a organização da escola é planejada a fim de garantir esta disciplina” (CACIANO; SILVA, 2012, p. 99). Esta observação não está distante da realidade atual, pelo contrário, está impregnada em nossas atuais escolas de vários modos.

Com várias ideias inovadoras e muitas perspectivas democráticas e, sobretudo, com a predominância de uma sociedade liberal, novas técnicas de aprendizado inundam nossas escolas. Mas, apesar de tantas inovações tecnológicas nas unidades escolares, é preciso indagar: as ideias de Foucault e suas visões sobre a educação ainda servem como chave de leitura na atualidade? Será que ainda estamos vivendo

o mundo do panóptico nas escolas? O panóptico foi reinventado e assumiu outras feições? Tais indagações tentaremos responder no próximo tópico.

FOUCAULT E O DEBATE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Parece curioso pensar em políticas públicas e, ao mesmo tempo, em Foucault, porém buscamos agora aproximar algumas visões foucaultianas com alguns tipos de políticas públicas em educação que atualmente usam estratégias de controle.

Quando se pesquisa sobre políticas públicas, vários conceitos podem ser encontrados, pois conforme Agum, Riscado e Menezes, “[...] não existe apenas uma definição para a interpretação do conceito de políticas públicas” (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015, p. 15).

Neste sentido, os mesmos autores colocam sobre a dificuldade de se trazer uma definição unívoca de políticas públicas. Segundo eles, o risco de limitação quanto ao papel dessas políticas perante a sociedade pode ser grande, uma vez que uma abordagem teórica deste tema necessita de uma visão mais ampla.

Ao trabalharmos com definições de políticas públicas, assumimos o risco de limitar o papel dessas ações para efetuar quaisquer análises. É entendido que uma política para ser implementada passa por fases e processos sociais. Um embate a respeito de ideias e formas de agir que, por vezes, irão direcionar certas práticas políticas. Uma abordagem teórica conceitual deve prezar por uma visão ampla do processo de constituição e aplicação de uma política pública, com isso observa-se a necessidade de reconhecer a força de grupos quanto à natureza política dessas ações (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015, p. 15).

Assim, o termo “políticas públicas” pode ser compreendido como um processo que procura resolver ou amenizar um problema de ordem pública, ou seja, busca-se soluções para o que chamamos de “problema público”. A meta é encontrar soluções para resolver esta “incômoda” situação que afeta a sociedade.

De maneira simples, a política pública é um processo (com uma série de etapas e regras) que tem por objetivo resolver um problema público. Todos nós lidamos com isso diariamente em nossas relações pessoais: traçar soluções para chegar a uma finalidade que agrade a um grupo de pessoas (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

Mas, afinal, qual seria o conceito de políticas públicas mais adequado? Secchi (2014), coloca que existem mais de 100 conceitos sobre o assunto. Porém, deixa claro

que, inicialmente, é necessário entender o problema público. Segundo Secchi (2014), o problema público é alguma carência ou algum excesso que existe na sociedade. Diante disto, o autor conceitua que política pública é uma tentativa de intervenção para redução de um problema público. Assim, “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2014, p. 2).

Silva, Mota, Dornelas e Lacerda (2017) colocam que políticas públicas podem ser entendidas como a maneira pela qual o Estado atua para amenizar os conflitos e desigualdades sociais. Neste mesmo diapasão, tratando-se mais especificamente das políticas públicas educacionais, pode-se afirmar que este conceito fica mais clarividente nas palavras de Oliveira (2010) que advoga que:

Políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar. [...] A educação só é escolar quando ela for passível de delimitação por um sistema que é fruto de políticas públicas. Nesse sistema, é imprescindível a existência de um ambiente próprio do fazer educacional, que é a escola, que funciona como uma comunidade, articulando partes distintas de um processo complexo: alunos, professores, servidores, pais, vizinhança e Estado (enquanto sociedade política que define o sistema através de políticas públicas). Portanto, políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem. Tais decisões envolvem questões como: construção do prédio, contratação de profissionais, formação docente, carreira, valorização profissional, matriz curricular, gestão escolar, etc. (OLIVEIRA, 2010, n. p.).

Desse modo, as políticas públicas educacionais se refletem em programas nacionais que garantem a educação para todos os cidadãos. Inclusive, essa premissa está disposta na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) no art. 205, como direito de acesso à educação para todos. Neste sentido, Smarjassi e Arzani (2021) descrevem que:

As políticas públicas em Educação consistem em programas ou ações elaboradas em âmbito governativo que auxiliam na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal: um dos seus objetivos é colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos (SMARJASSI; ARZANI, 2021, n. p.).

Diante disso, não há como não pensarmos que, na grande maioria das vezes, as políticas públicas são oriundas de ações do governo. Dessa forma, o controle por

parte da elaboração e execução das políticas públicas fica todo a cargo do Estado. Esse papel primordial de pensar a vida pública pelo Estado, isenta em certa medida o papel dos cidadãos e gera uma forma estadocêntrica de elaboração das políticas públicas, de modo que a participação coletiva na confecção destas políticas se vê anulada ou inexistente.

Neste sentido, busca-se apresentar a definição de governamentalidade, que segundo Foucault (2008) é

[...] a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p. 143- 144).

Observa-se que a governamentalidade possui como alvo principal, a população e é neste sentido que se busca uma relação de políticas públicas em educação e Foucault. Apesar de Foucault não adentrar no tema relacionado às políticas educacionais ou mesmo em questões mais pontuais sobre a educação, ele abordou de modo direto, questões relativas à educação em sua obra intitulada “Vigiar e Punir” (1999). Nessa perspectiva, as ideias de Foucault, podem ser inferidas nos mais diversificados lugares, modos, campanhas ou até mesmo em programas de ordem do poder público mediante políticas públicas. Aliás, é interessante notar que corriqueiramente no Brasil, as formas de controle sobre a vida humana perpassam a educação e suas políticas. A forma como se entende a educação no Brasil já é uma forma de política pública, pois a educação em nosso país, não é apenas uma forma de empoderamento das pessoas, mas é uma forma de controle.

Isso fica claro não apenas no sistema educacional, mas na estrutura arquitetônica das escolas. Inicialmente, a penitenciária panóptica tinha a finalidade de vigiar os detentos, mas com o decorrer do tempo e com o avanço da sociedade, muitas outras instituições passaram a seguir as regras do panoptismo, tais como as fábricas, os hospitais e as escolas. Em nossos dias, o controle arquitetônico do panoptismo ganhou mais força e até mesmo os programas de políticas públicas passaram a levar esta ideia em conta. Segundo o Blog da Faculdade Unyleya:

O Programa Benefício de Prestação Continuada na Escola, por exemplo, é uma iniciativa do governo federal que monitora o acesso e a permanência na escola de alunos com deficiência, de 0 a 18 anos de idade, e possibilita a formação de gestores locais em [educação inclusiva](#) e acessibilidade (UNYLEYA, 2019, p. n p).

Nesse sentido, o verbo “monitorar” não aparece por acaso no texto do blog, pois observa-se uma ideia, mesmo que subliminar, de panoptismo moderno, que se dá quando há um método de vigilância contínua sobre os indivíduos por meios de sistemas de monitoramento. Essa forma de controle é muito mais rigorosa pois exige a permanência do estudante na escola que passa a ser um espaço não de acesso ao ensino, mas de controle. Aquilo que seria supostamente um direito, torna-se um dever de sobrevivência.

Na mesma linha do programa federal, há em Santa Catarina, o Programa de Combate à Evasão Escolar chamado de APOIA, cujo objetivo é garantir a permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos.

O Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA) visa garantir a permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, para que concluam todas as etapas da Educação Básica - seja na rede pertencente ao Sistema Estadual, Municipal, Federal ou particular de Ensino -, promovendo o regresso à escola daqueles que abandonaram os estudos sem concluí-los integralmente (SANTA CATARINA, 2022, n.p.).

Com base nos dois programas de incentivo da permanência na escola, observa-se a visão de Foucault quanto ao poder que o Estado introduz nas instituições e de como elas se articulam e se entrelaçam agindo coercitivamente sobre a vida das pessoas (FIGUEIREDO, 2017). De certa forma, os programas em questão amarram o corpo (estudante) à Instituição (escola). Nesse caso, não haveria uma relação educativa, mas de prisão panóptica que controla cada passo e cada ação dos alunos dentro e fora do ambiente escolar.

Dessa maneira, o Estado vigia a frequência do aluno na escola, criando uma ideia de controle total sobre os corpos e a vida dos estudantes. Foucault (2005) diz:

O exame combina as técnicas da hierarquia de quem vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados (FOUCAULT, 1999, p. 154).

Essa visibilidade torna-se o primeiro critério de controle e isso fica claro quando o estado de Santa Catarina firmou parceria com diversos órgãos para criação do sistema APOIA.

Visando aprimorar o Programa, em 2013, foi firmada parceria entre o Ministério Público, a Secretaria de Estado da Educação e o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC), [...], com o objetivo de conceber e desenvolver o Sistema APOIA Online. O sistema promoveu a completa informatização do Programa APOIA para torná-lo mais célere e eficaz (SANTA CATARINA, 2022, n. p).

Comparando a descrição acima com as colocações de Foucault, observa-se uma ligação entre os sistemas de controle na contemporaneidade e os mesmos sistemas descritos pelo filósofo, quando ele diz que

[...] o exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância, situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; [...] os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária (FOUCAULT, 1999, p. 157).

Assim, podemos afirmar que há semelhanças entre o excerto da obra de Foucault e as informações colocadas na rede mundial de computadores pelo sistema APOIA, pois é uma forma de captar, capilarizar e fixar informações sobre os estudantes, docilizando-os em modos binários: o bom *versus* o mau, o assíduo *versus* o faltante, o presente e estudioso *versus* o ausente e relapso.

Dessa conclusão, nosso intento agora é o de demonstrar as consequências deletérias deste encontro epistemológico entre os saberes de controle, de um lado e as metodologias de controle, por outro.

EPISTEME E MÉTODO COMO CONTROLE

Adentrando um pouco mais na perspectiva de Foucault, é possível ver sua relação com a pedagogia, pois o cerne mais importante desta área das ciências humanas, é a própria noção de sujeito. Outrossim, vale destacar que os estudos do filósofo não tiveram como foco a escola, mas a ideia do sujeito e do assujeitamento sempre foram basilares para o pensador francês.

Assim, Vargas (2021) aponta, em seus estudos, que Foucault teve objetivou primeiro, compreender o controle dos sujeitos, posteriormente o sujeito e sua relação com a sociedade tendo como abordagem a problematização do sujeito.

No princípio, Foucault buscava desvendar os mecanismos de objetivação do sujeito no âmbito dos discursos que distinguiam, por exemplo, o “normal” do “anormal” e na dimensão dos mecanismos biopolíticos que agiam na determinação da possibilidade de ser do sujeito; em outras palavras, seu foco situava-se na razão de Estado que objetivava controlar as condutas dos sujeitos, e utilizava para isto o conceito chave de sexualidade. Agora, depara-se com a ação objetivante do sujeito em relação a ele mesmo no ato da confissão cristã - que não é apenas generalizado, mas que também se torna obrigatório - atividade que, não sendo praticada, poderia levar o sujeito a ser considerado um herege, sendo colocado, portanto, à margem da sociedade. A partir da constatação do limite e da contradição interna do denominado método bélico, o foco de Foucault se dá na busca de uma possível contraposição - contextual, teórica e metodológica - justamente a estas duas realidades, conjuntas e coexistentes, razão de Estado e cristianismo confessional, que subjuguavam a subjetividade humana. O que emerge desta nova abordagem é uma ação investigativa onde a incidência da atenção foucaultiana apresenta-se com foco diferente e específico pois “não se trata mais de uma genealogia dos sistemas, mas de uma problematização do sujeito” [...] (VARGAS, 2021, p. 62).

Assim, mesmo que seu foco de estudos não seja a escola, o pensamento foucaultiano sobre as problemáticas da educação e sobre o modo como acontece a educação dentro do ambiente escolar é um tema perpendicular importante para o autor. Moura (2010) em sua dissertação de mestrado menciona que

[...] na obra de Michel Foucault, o processo de constituição das instituições disciplinares – em especial, a escola – como espaços onde o poder normalizador e disciplinar produz indivíduos dóceis e submissos às estratégias do poder [é fulcral]. A eficiência da escola como uma instituição produtora de subjetividades, evidencia o fato de que o discurso sobre o fracasso das instituições disciplinares é, na verdade, um discurso malicioso (MOURA, 2010, p. 15).

Essa ideia de subjetividade está, dentro do ambiente escolar, muito mais ligada ao processo disciplinar de assujeitamento como método de autoanálise e de adequação dos sujeitos aos regimes de informação e de formação educacional, pois todos estão permeados pelo poder que é exercido dentro das instituições. Na escola, assim como em tantos outros lugares, também as regras são impostas e as pessoas possuem tarefas para cumprir, ou seja, há um poder que é imposto e deve ser seguido como sustentáculo das relações de poder, que serão impostos com maior rigor ainda no mundo social. Assim, não se compreende a escola como um espaço de preparação para a vida cidadã, mas apenas como uma antessala ou laboratório para controle determinado pelo trabalho e pela vigilância do Estado.

Leal (2022) afirma que:

Tornamo-nos criadores e criaturas que sustentam as nossas próprias relações de poder. O corpo recai sobre os nossos próprios ombros. Compreendendo a análise foucaultiana voltada para criticar o Mesmo a fim de criar aberturas para o outro (LEAL, 2022, p. 82).

Ainda sobre esta perspectiva, aponta-se que o poder não está localizado em local específico, mas ele se manifesta em uma rede na qual todos são reféns. Moura deixa isso claro quando diz que

O poder não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social. Funciona como uma rede de dispositivos aos quais ninguém escapa, não existe exterioridade possível, limite ou fronteira para o poder. É uma prática ou relação que se exerce, se efetua e que funciona como uma maquinaria que se dissemina por toda a estrutura social (MOURA, 2010, p.43).

Não há espaço mais claro da manifestação do poder que a escola, pois o poder disciplinar é algo inerente a própria lógica dos saberes que são ensinados por professores que “dominam” um determinado poder-saber. A disciplina não se torna um problema, pois a própria noção de ensino de algo recebe o rótulo de disciplina. A episteme como algo próprio de um campo de saber é criada, concomitantemente, como método e forma. No mundo escolar, nada escapa da ideia disciplinar, seja como indução de comportamentos, seja como indução de conhecimentos. Isso fica evidenciado por Moura (2010, p. 14): “A escola deve ser compreendida, a partir de Foucault como um local de articulação dos poderes e saberes na produção do sujeito moderno”.

Deste campo de compreensão, pode-se ressaltar que o controle por parte da elaboração e execução das políticas públicas educacionais encarregadas ao Estado, gera a “governamentalidade”. Esse conceito se firma no solo da intersecção entre métodos e epistemes de controle, pois a

[...] escolha de Foucault, nos cursos ministrados em 1978, 1979 e 1980, em privilegiar o uso do termo “governamentalidade” [se deu] ao analisar os dispositivos constituídos por técnicas de governo voltadas para a direção de “conduta”: trata-se de um campo do poder que designa um conjunto de forças criadoras de uma nova lógica de organização da multiplicidade, [com o] dispositivo “segurança-população-governo” no curso de 1978, aos poucos Foucault abandona o caráter estritamente biológico pressuposto na noção de população na biopolítica para trabalhar com a ideia de “governo” de modo mais amplo, a partir de uma forma de *racionalidade* que determina os “governo dos homens”. Por essa perspectiva, os sujeitos terão suas condutas submetidas a uma administração cuja “razão governamental” é dirigida à produção de um saber sobre formas de governo e à criação de técnicas que intervêm nas condutas dos homens com vistas a um determinado fim (ANASTÁCIO, 2017, p. 52).

Em outras palavras, a racionalidade técnica que engendra o governo dos homens só pode ocorrer pela aproximação e conjunção de novos modos de poder, que não se restrinjam ao controle da vida e da morte, mas sobre as novas formas de fazer-viver produtivamente. Crianças e adolescentes educados para o trabalho é algo muito mais eficaz do que apenas educação para a cidadania. O método da coerção subliminar que todas as disciplinas escolares veiculam não pode apenas docilizar, mas precisa adestrar e preparar. A formação educacional determinada por políticas públicas vindas do Estado, nesse caso, pode apenas conformar os sujeitos na medida em que a elaboração das mesmas focaliza muito mais a metodologia da indução e da inculcação do que políticas de emancipação e de autotransformação. Contudo, é salutar frisar: esses processos são dados sempre de modo escamoteado e subliminar.

Segundo Silva (2019), Foucault deixa claro que a ideia de governo, nada mais é do que, a condução das condutas:

Ao colocar em perspectiva esse processo de “governamentalização dos indivíduos e da sociedade”, no qual o ato de governar é compreendido como “condução de condutas”, Foucault não tem em vista qualquer aspiração de generalização que presidisse de modo unilinear uma suposta “extensão da dominação” que tivesse em seu horizonte “um processo sistêmico encaminhado ao contínuo aperfeiçoamento das técnicas de poder” ou a dissolução dos sujeitos na pura passividade da coerção (SILVA, 2019, p. 61-22).

A título de exemplo, ainda sobre a citação acima, devemos nos lembrar da referência ao Programa de Benefício de Prestação Continuada na Escola, que monitora o acesso e a permanência na escola de alunos com deficiência, de 0 a 18 anos de idade (UNYLEYA, 2019).

Tal forma de controle sobre a permanência dos estudantes nas escolas nos leva a pensar que por meio da configuração das políticas públicas estatais, instala-se um método indutivo e “docilizado” de coerção: “se queres um benefício estatal, precisas estudar”. E, nesta exata medida, justifica-se que o direito é vinculante à obrigatoriedade do dever. A punição agora recebe um novo significado muito mais ousado e poderoso: o sujeito se assujeita pois assimila a ideia de autopunição. Segundo Lôbo,

Foucault, ao apresentar sua hipótese de trabalho no curso: A Sociedade Punitiva [...] inquirir sobre as possibilidades de conhecer e identificar uma sociedade conforme os métodos de punição que ela utiliza para punir os

indivíduos que, de uma maneira ou de outra, infringem as normas, cometem crimes, ofendem os soberanos e a sociedade (LÔBO, 2017, p. 54-55).

Em outras palavras, em nosso contexto contemporâneo, o olho invisível do Estado punidor assume o olhar dos próprios indivíduos que passam a interiorizar a nova visibilidade do Estado, que moral e legalmente pune a todos os desobedientes. A escola, nesse novo contexto, assume uma parcela de controle que corrobora para a introjeção panóptica de tudo ver, denunciar, controlar e punir. A capilaridade do poder se rizomatiza no papel do professor, do diretor, da coordenadora pedagógica, dos pais, dos colegas de sala de aula e do próprio estudante que assume tal controle como legítimo.

A prática do ensino na sociedade moderna, em grande parte, constitui-se como um constante processo de vigilância. Não é mais necessário o recurso à força para obrigar o indivíduo a desempenhar determinadas funções. É preciso, unicamente, que o aluno, como o detento, saiba que existe um processo constante de vigilância e que, naquele exato momento, ele é observado (MOURA, 2010, p.16).

De modo mais claro, podemos dizer que encontramos nas novas políticas públicas voltadas à educação, um panoptismo revigorado e reconfigurado no qual as relações de poder são modernizadas e aperfeiçoadas com novas técnicas e instituições. Silva (2018), explica que

[...], furtando-se a pensar em termos de complexificação da análise das relações de poder, na qual o enredamento entre indivíduos, técnicas e instituições seria uma das expressões da Modernidade, [...] os fenômenos históricos de conflito social e o modelo da ação estratégica seriam completamente ofuscados por “um processo sistêmico encaminhado ao contínuo aperfeiçoamento das técnicas de poder” e, conseqüentemente, ao domínio integral das condutas dos indivíduos e coletividades. (SILVA, 2018, p. 29).

Esta maquinaria de controle e poder o que se pode esperar são novas formas de intervenção na vida das pessoas, mas sem a antiga violência invasiva e brutal dos cacetetes, mas como um tipo de saber-poder marcado por novas epistemes e métodos. Sua violência é eficaz, é espaço-temporal e determinada um novo sujeito educativo: o sujeito assujeitado, obediente ao panóptico da sala de aula, da linha de produção e da tela da sua televisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se dizer que Foucault foi um filósofo, no mínimo, diferenciado, começando pela sua história de vida pessoal marcada por “extravagâncias” e genialidades. Sua genialidade, aliás, está marcada pela capacidade de ver os interstícios que conectam as relações sociais por meio do fio condutor do poder.

Portanto, podemos inferir que ainda estamos vivendo o mundo do panóptico nas escolas, pois observa-se a clara manifestação do poder disciplinar que é algo inerente a própria lógica dos saberes que são ensinados por professores que “dominam” um determinado poder-saber. Sem embargo, pode-se afirmar que a ideia de vigilância destacada nas obras de Foucault nos parece mais atual do que nunca, pois até mesmo as novas políticas públicas voltadas à educação, estão encharcadas pelo olhar panóptico.

Diante dos fatos destacados, pode-se finalizar este texto, mas sem colocar um ponto final, que se observa a necessidade, em nossos dias, de uma educação emancipatória, que seja capaz de resistir à imposição de modelos pré-fabricados de educação. Uma educação que seja formadora de subjetividades legítimas, que consiga trazer à luz a verdadeira identidade dos seres humanos como sujeitos de seu próprio processo histórico e não como meros escravos de um sistema de assujeitamento.

REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política - Ufscar**, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67/63>
Acesso em: 14 jun. 2022.

ANASTÁCIO, Lara Pimentel Figueira. **Governo das condutas**: técnica e reflexão em Foucault. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 26 jun. 2022.

BRITO, Ana Paula Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Brunna Alves da. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo - MG, v. 20, p. 1-15, 07 abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/issue/view/145>. Acesso em: 29 jul. 2022.

CACIANO, Caroline; SILVA, Giuliana Arboite da. Foucault e educação: as práticas de poder e a escola atual. **Revista e-Ped (FACOS/CNEC - Osório)**, v. 2, n. 1, p. 98-108, ago. 2012. Disponível em: http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17580/material/foucault_e_educacao_-_as_praticas_de_poder_e_a_escola_atual.pdf Acesso em: 06 jun. 2022.

FIGUEIREDO, Valdete de. **A evasão escolar no EJA: educação de jovens e adultos, sob o olhar foucaultiano**. 2017. 246 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, Lages, 2017. Disponível em: https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/199182addcc9fa6d03547a9f51d26885.pdf Acesso em: 08 jun. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 20ª Ed. Vozes. Petrópolis, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GABRIEL, Fábio Antonio; PEREIRA, Ana Lucia. Foucault e a educação: entre o poder disciplinar e as técnicas de si (é possível educar para a liberdade?). **Educação em Revista**, v. 19, n. 2, p. 27-44, 19 nov. 2018. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/2236-5192.2018.v19n2.03.p27>. Acesso em 15 out. 2022

Guia do Estudante 2017. **Michel Foucault**. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/especiais/michel-foucault/>. Acesso em: 19 out. 2022

LEAL, Guilherme de Freitas. **Foucault e a Filosofia: da crítica do Mesmo à Abertura para o Outro**. (Tese de Doutorado – PPGF- UFG) 2022. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/12168/3/Tese%20-%20Guilherme%20de%20Freitas%20Leal%20-%202022.pdf> Acesso em: 10 set. 2022.

LÔBO, Daniella Couto. **Michel Foucault: a sociedade punitiva e a educação**. 2017. Tese (Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia - GO. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3844>. Acesso em: 20 set. 2022

MOURA, Thelma Maria de. **Foucault e a escola: disciplinar, examinar, fabricar.** (Tese de Doutorado – PPGF- UFG) 2010. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/1985/1/Dissertacao_Thelma_Moura_e_educacao.pdf Acesso em: 20 set. 2022

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. **Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiás: PUC Goiás**, p. 93-99, 2010. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

O QUE É UMA POLÍTICA PÚBLICA E COMO ELA AFETA SUA VIDA? 2020. TODOS PELA EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-e-uma-politica-publica-e-como-ela-afeta-sua-vida/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

O QUE SÃO POLÍTICAS EDUCACIONAIS. 2019. Blog da Faculdade UNYLEYA. Disponível em: <https://blog.unyleya.edu.br/insightsconfiaveis/o-que-sao-as-politicas-educacionais/>. Acesso em: 25 maio 2022.

PANIAGO, Maria Lourdes Faria. Vigar e punir na escola: a microfísica do poder. **Itinerarius Reflectionis**, v. 1, n. 1, p. 2-13, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/20400>. Acesso em: 04 jun. 2022.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **PROGRAMA DE COMBATE À EVASÃO ESCOLAR - APOIA.** 2022. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/27209-programa-de-combate-a-evasao-escolar-apoia>. Acesso em: 20 jun. 22.

SANTOS, Júlio César Feitosa dos. Contribuições de Michel Foucault para a educação escolar. **Educa – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho (Ro), v. 5, n. 3, p. 101-112, jun. 2016. Disponível em: http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17580/material/foucault_e_educacao_-_as_praticas_de_poder_e_a_escola_atual.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2. Ed. Cengage Learning, São Paulo, 2014.

SILVA, Allan Gustavo Freire da; MOTA, Leonardo de Araújo e; DORNELAS, Carina Seixas Maia; LACERDA, Aleksandra Vieira de. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 25-42, abr. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/72132/0> Acesso em: 17 jun. 2022.

SILVA, Anderson Aparecido Lima da. **Crítica e poder: Michel Foucault nas encruzilhadas do Esclarecimento.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-20082019-123014/publico/2019_AndersonAparecidoLimaDaSilva_VCorr.pdf Acesso em: 15 set. 2022.

SMARJASSI, Celia; ARZANI, Jose Henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 15, 27 de abril de 2021. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>. Acesso em: 17 jun. 2022.

VARGAS, Claudeonor Antônio de. **Exercício de si e formação humana em Michel Foucault**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2021. Disponível em:

<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://tede.upf.br//jspui/bitstream/tede/225/2/2021ClaudeonorA.deVargas.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.